



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PROJETO DE LEI Nº. 5.687, DE 2009

Altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 (Lei da Política Nacional do Meio Ambiente), prevendo o prévio licenciamento ambiental da importação de substâncias e produtos químicos, e outras substâncias e produtos que comportem risco para a vida, a qualidade de vida ou o meio ambiente, e dá outras providências.

Autor: Dep. João Dado

Relator: Dep. Marco Tebaldi

VOTO EM SEPARADO DO DEP. GUILHERME CAMPOS

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 5.687, de 2009, de autoria do nobre Dep. João Dado, visa alterar a Lei da Política Nacional do Meio Ambiente para obrigar o prévio licenciamento ambiental nas importações de substâncias e produtos químicos, bem como de outras substâncias que representem risco de vida ou para o meio ambiente.

Além disso, determina a necessidade de as pessoas físicas ou jurídicas comprovarem capacidade técnica e operacional para a realização da atividade a que se propõem em observância às normas e padrões ambientais, como condição para o registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Foi apenso à proposição o Projeto de Lei nº. 5.825 de 2009, que trata de matéria análoga; contudo, exige que as empresas registradas no referido cadastro disponham ao menos de um responsável técnico com graduação ou pós graduação, que lhe permita atuar na área de gestão ambiental.

O parecer do nobre relator, Dep. Marco Tebaldi, é pela aprovação de ambos os projetos em forma de Substitutivo, que ressalva a competência da União para autorizar a importação desses produtos ainda que a licença ambiental tenha sido outorgada ao importador.

É o relatório.

II – VOTO

O projeto de lei ora em discussão, dispõe sobre prévio licenciamento ambiental nas importações de substâncias e produtos químicos, bem como de outras substâncias que representem risco de vida ou para o meio ambiente.

Em que pese o brilhante parecer apresentado pelo nobre relator, não podemos concordar com a aprovação do projeto apenso, uma vez que não é razoável exigir que as pessoas jurídicas integrantes do Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras necessitem contratar responsável com graduação ou pós graduação em gestão ambiental.

Vale ressaltar que o Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras não é exigido apenas para indústrias químicas, mas sim, para todas as atividades que durante sua realização têm potencial de causar poluição.

Assim, a medida acarretará em mais custos para pequenas e médias empresas, que não tendo condições de arcar com estes profissionais precisarão fechar as portas ou trabalhar na informalidade. É o caso, por exemplo, das empresas de produtos de limpeza, que são classificadas como potencialmente poluidoras e desta maneira têm seus dados no referido cadastro do IBAMA, também terão mais este custo de contratação profissional.

Ocorre que o setor de saneantes, assim como outros setores, além da legislação ambiental, também deve cumprir o disposto na legislação sanitária;



CÂMARA DOS DEPUTADOS

que já impõe uma série de condicionantes.

Por exemplo, para se regularizar junto a ANVISA a empresa precisa ter um responsável técnico graduado ou com curso técnico em área específica, que permita o desenvolvimento do trabalho e o acompanhamento do controle de qualidade dos produtos.

A exigência da contratação de mais um profissional graduado em área específica estimulará a informalidade no setor, por representar mais um custo que as micro e pequenas empresas não podem arcar.

Sendo assim, a exigência do Projeto de Lei °. 5.825 de 2009, de contratação de um responsável técnico na área de gestão ambiental, com graduação ou pós graduação, trará, principalmente, as micro e pequenas empresas, um custo extra que poderá fazer com que as mesmas fechem as portas ou sejam levadas a informalidade, trazendo prejuízos a população, que sofre com produtos sem qualidade.

Em face do exposto, reconhecendo o alto valor da proposição sob análise, conclamamos os pares a votar conosco, pela **APROVAÇÃO do PL 5.687 de 2009 e REJEIÇÃO do PL n°. 5.825 de 2009.**

Sala da Comissão, em de maio de 2013.

DEP. GUILHERME CAMPOS
PSD/SP